

A INDISCIPLINA À LUZ DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

*JOSÉ ANTÓNIO ESPÍRITO SANTO **

Sendo a indisciplina na sala de aula, de há uns anos a esta parte, o meu principal objecto de estudo e havendo muitos contributos teóricos que poderiam ser abordados, uma vez que esta temática, pela sua importância, tem suscitado o interesse de vários autores perfilhando diferentes orientações teórico-conceptuais; optei, na comunicação apresentada às IV Jornadas da E.S.E.B., por recorrer à abordagem sociológica por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, por razões de puro pragmatismo. Sendo o tema das Jornadas, marcadamente de cunho sociológico, procurei situar esta reflexão adentro dos parâmetros que, logicamente, decorrem deste facto.

Em segundo lugar, por razões que se prendem com o potencial heurístico subjacente à abordagem sociológica da indisciplina escolar.

* Docente na ESE de Beja

Acresce, ainda, a estas razões, o facto de alguns dos pontos de vista decorrentes do discurso sociológico sobre a indisciplina escolar, terem bastante ressonância no território pedagógico, constituindo-se, por assim dizer, como autênticas teorias implícitas largamente partilhadas pelos seus principais actores.

Em termos estruturais o conteúdo da comunicação foi organizado segundo duas partes principais.

Na primeira parte procurou-se relacionar o tema da indisciplina com o de controle social, fazendo uma breve revisão sobre o modo como este assunto tem sido conceptualizado no contexto das principais correntes da Sociologia da Educação (a que por comodidade chamo de âmbito macrossociológico).

Na segunda parte (com base nos resultados de estudos de tipo correlacional realizados sobre as variáveis de natureza social a que habitualmente se atribui alguma relação com a indisciplina escolar) são questionadas as potencialidades deste tipo de abordagens na explicação do fenómeno da indisciplina.

Abordagem macrossociológica

A perspectiva da Sociologia da Educação face ao fenómeno da indisciplina não é unívoca, porque o pluralismo interno desta ciência social faz com que o olhar sobre esta problemática implique sempre respostas diferentes, consoante as correntes que existam no seu seio.

Na perspectiva mais difundida - a macrossociológica-, o tema da(in)disciplina não pode ser desligado do problema das relações entre o sistema social e o sistema educativo, relações essas que ao longo deste século têm sido equacionadas, essencialmente, como sendo de carácter circular: ou seja, a sociedade determina o sistema educativo e este deve dar um contributo para a sua estabilização. A problemática da (in)disciplina tende, assim, a ser vista à luz dos mecanismos de controle social que garantem a perpetuação da estrutura social dominante.

Esta posição tem estado presente em importantes correntes teóricas da Sociologia da Educação, a começar, logo, pelas mais clássicas, como a funcionalista, incluindo-se aqui os trabalhos sobre a problemática educativa de Durkheim (1966, 1984)¹, para quem disciplina escolar significa um dos processos através do qual se exerce o controle social, sendo, por isso, a indisciplina encarada como perturbação e transgressão da ordem moral e social.

Estas premissas estão igualmente presentes nas correntes da sociologia crítica francesa dos anos 60-70 (especialmente nas da **Reprodução**), que atribuem à escola o papel de conservação e manutenção da ordem social, através de processos mais ou menos latentes, que se traduzem na imposição de um "arbitrário cultural aos alunos dos meios populares, que não são portadores de códigos culturais coincidentes com aqueles que são por ela veiculados. Assim, ao defrontarem-se na escola com um tipo de cultura imposta, os alunos entrariam em conflito, sendo, por isso, a indisciplina considerada como justificável, legítima e necessária, porque significa uma forma de resistência à violência simbólica exercida pela escola e a possibilidade, tal como pretendem Baudelot e Establet (1971), da criação por parte dos membros das classes desfavorecidas de uma frente de luta contra a ordem social dominante.

Alguns trabalhos assinados por outros autores, de filiação diversa da que tem vindo a ser apresentada, como Willis (1986) Apple (1982), Giroux (1986), McNeil (1986), vieram apoiar a ideia de que a instituição escolar é um lugar de resistência e de confronto para certos grupos de alunos, que são portadores de códigos culturais distintos dos que são por ela valorizados. Este confronto, "*reflectindo ou dando origem -na expressão de Amado (1991: 36)- a uma verdadeira contra-cultura*", pode mesmo, em certas circunstâncias, como sugere Cohen (citado por Herpin, 1980) conduzir à formação de uma sub-cultura delinquente.

Sublinhando quer o primado da sociedade sobre o indivíduo quer a determinação social da indisciplina escolar, estas teses, que na sua versão mais radical (representada por autores como Baudelot e Establet no início da década de 70) sugeriam que o êxito ou o inêxito do combate à indisciplina, tal como do combate ao insucesso escolar, se jogaria fora da escola, a nível social, pois só através de amplas mudanças de tipo político-cultural e económico seria possível dar uma resposta adequada ao problema; inspiraram uma linha de investigação de créditos bem firmados no que se refere ao estudo da indisciplina. Refiro-me concretamente ao conjunto de estudos que têm procurado pôr em relevo as relações de dependência entre os incidentes comportamentais de indisciplina e algumas variáveis sócio-demográficas e sócio-económicas, como o sexo, a ida-

de, o insucesso escolar, o ano de escolaridade, o tamanho do agregado familiar, a profissão dos pais, a qualidade da habitação e a zona de residência.

O que diz a investigação

Os resultados obtidos apesar de não serem negligenciáveis, nem sempre são conclusivos. Verifica-se, com efeito, que só em relação às variáveis de natureza sócio-demográfica foi possível obter dados que revelam alguma estabilidade e consistência. Assim, foi possível demonstrar através de estudos realizados nacional e internacionalmente que:

- Há uma maior percentagem de comportamentos indisciplinados cometidos por alunos do sexo masculino;
- Esses comportamentos ocorrem em maior número em alunos com idade compreendida entre 14 e 15/16 anos;
- Aumentam com os anos de repetência;
- Diminuem à medida que se vai avançando nos anos de escolaridade.

Já quanto ao segundo tipo de variáveis (de natureza sócio-económica-cultural), os resultados obtidos não permitem afirmar uma ligação evidente com os comportamentos de indisciplina².

Num trabalho realizado recentemente com alunos dos sétimo e nono anos de escolaridade pude confirmar esta tendência. Tratou-se de um trabalho, com uma amostra de 40 alunos dos sétimo e nono anos de escolaridade, que, entre outros objectivos, pretendia estudar qual o peso de diferentes variáveis na explicação dos comportamentos de indisciplina. Através de uma prova estatística de regressão múltipla, método Stepwise, apurou-se que o impacto das variáveis de natureza sócio-económico-cultural sobre os comportamentos de indisciplina era muito reduzido

A regularidade com que vão aparecendo resultados deste tipo não deixa de ser interessante, porque mostra que o discurso grosseiramente sociológico que nós professores muitas vezes adoptamos não é conforme com a evidência empírica. Ou seja, deixamos de ter legitimidade para fazer um discurso tributário dos aspectos mais negativos das teorias sociológicas da reprodução que muitas vezes utilizamos e que nos leva a imputar a indisciplina às características sociais dos alunos, num processo de desresponsabilização quanto aos nossos deveres profissionais em matéria de controle da indisciplina. Perante estes resultados cada vez mais são ética e deontologicamente inadmissíveis as atitudes demissionistas e as afirmações peremptórias sobre a inviabilidade de qualquer tipo de intervenção junto dos alunos-problema, supostamente portadores de uma forma de "patologia social", radicada nas condições e sobredeterminações envolvimentoais. Cada vez menos, portanto, podemos ignorar as situações de âmbito intrinsecamente escolar e pedagógico onde os comportamentos de indisciplina se manifestam e que, não deixam, por isso, de contribuir para o seu desencadeamento.

Estes últimos aspectos têm, de resto, merecido especial atenção na área da Sociologia da Educação, por parte de outras correntes de origem anglo-saxónica mais de âmbito microssociológico, que têm mostrado, na esteira dos trabalhos pioneiros de Michael Rutter(1979), que as Escolas enquanto organismos vivos, com as suas regras de funcionamento, a sua organização, os seus espaços de autonomia e a sua cultura própria podem ser também geradoras de indisciplina. Têm também demonstrado, alguns destes trabalhos, inspirados na tradição sociológica do interacionismo simbólico, que a indisciplina resulta de uma série de equívocos existentes na relação pedagógica e de diferentes definições que os seus principais protagonistas - professores e alunos - dão das situações que ocorrem na sala de aula.

São perspectivas, que ao contrário das de carácter funcionalista e da reprodução, se preocupam com o que acontece nos contextos mais próximos da relação educativa, sendo possível a partir delas interrogarmo-nos sobre o nosso papel e a nossa margem de manobra na criação de condições que promovam ou evitem a ocorrência de actos de indisciplina.

NOTAS

(1) Atribui-se genericamente a filiação funcionalista a este autor, dado que a sua obra apesar de estar extremamente virada para a acção, inserindo-se no amplo movimento de reformas que caracterizou a França da sua época, põe a tónica no equilíbrio do sistema social e do seu funcionamento harmonioso, que é, de resto, a grande preocupação desta corrente sociológica.

(2) Consulte-se a este respeito, entre outros, os estudos realizados por Galloway et al. (1994) e por Mortimore et al. (1983).

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. S. (1991). "A Indisciplina na Sala de Aula", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXV-1, 133-148.
- APPLE, M. (1979). *Ideology and Curriculum*, London, Routledge and Kegan Paul.
- BAUDELLOT, Ch e ESTABLET, R. (1971). *L'École Capitaliste en France*, Paris, Maspero.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. O. (1964). *Les Héritiers*, Paris, Ed. De Minuit.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. O. (1970). *La Reproduction*, Paris, Ed. De Minuit.
- DURKHEIM, E. (1966). *Education et Sociologie*, Paris, PUF
- DURKHEIM, E. (1984). *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés.
- ESTRELA, M. T. (1986). *Une Étude sur L'Indiscipline en Classe*, Lisboa, IN|C.
- GALLOWAY, D. et al. (1984). *Schools and Disruptive Pupils*, London Longman
- GIROUX, H. (1986). *Teoria Crítica e Resistência em Educação*, Petropolis, Vozes.

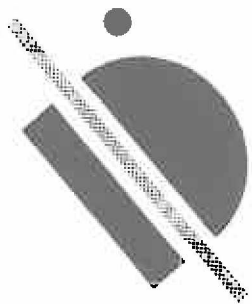
HERPIN, N. (1980). *Sociologia Americana. Escolas, Problemáticas e Práticas*, Porto, Afrontamento.

McNEIL, L. (1986). *Contradictions of Control - Schools Structure and School Knowledge*, New York and London, Routledge and Kegan Paul.

MORTIMORE, P, et al. (1983). *Behaviour Problems in Schools*, Croom Heim, London.

RUTTER, M. et al. (1979). *Fifteen Thousand Hours: Secondary Schools and Their Effects on Children*, London, Open Books.

WILLIS, P. (1976). "The Classe Significance of School-Counter Culture", in Hammserley e Woods (Eds.), *The Process of Schooling*, London.



DISALEX

L I M I T A D A

DISTRIBUIDORA DE CONSUMÍVEIS GRÁFICOS DO ALENTEJO E EXTREMADURA

ZONA INDUSTRIAL

Teléf. 068 - 33 34 20 - Fax 068 - 33 34 26

7100 ESTREMOZ